



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: USP

Data: 24/04/2013

Link: <http://www5.usp.br/>

Assunto: Pesquisa da ESALQ analisa efeito do gasto social nas três esferas do governo

Pesquisa da Esalq analisa efeito do gasto social nas três esferas do governo

O total de gasto social do governo somou cerca de R\$ 800 bilhões em 2009, quase 28% do PIB brasileiro. Por conta desse considerável volume de gasto, bem como a recente melhora das condições sociais no país, foi desenvolvida pesquisa na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, cuja principal proposta foi a análise do efeito do gasto social sobre a pobreza no Brasil das três esferas do governo – federal, estadual e municipal. Para isso, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Secretaria do Tesouro Nacional e outros.

A pobreza considerada neste trabalho limitou-se apenas a dimensão da insuficiência de renda. Assim, foi adotada a linha de pobreza calculada pelo IPEA. “Os valores estimados são diferentes para cada estado do país. Como referência, a linha de pobreza calculada para a região metropolitana de São Paulo, em 2009, equivale a 0,48 salários mínimos”, explicou Martha Hanae Hiromoto, autora da dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Economia Aplicada.

O estudo, que se baseou em pesquisa bibliográfica de trabalhos realizados no Brasil e em outros países como China e Índia, detalha que o total de recursos federais das funções sociais selecionadas nesta análise cresceu de 4% em 1987 para 14% do PIB em 2009, totalizando R\$ 432 bilhões. No mesmo período, o volume das funções estaduais cresceu de 4% para 6% do PIB, chegando a R\$ 193 bilhões. Finalmente, o volume total das funções municipais selecionadas em 2010 foi de R\$ 212 bilhões (8% do PIB). “Pode-se, assim, contribuir entendendo como focar gastos futuros ou mesmo buscar formas de melhorar a efetividade de gastos em áreas que tem sido pouco efetivas”, destacou a pesquisadora.

“Para análise do efeito do gasto social por função orçamentária executada nas três esferas do governo, selecionou-se o gasto social de acordo com sua origem, considerando-se previdência e assistência, saúde e saneamento, educação e cultura, trabalho, habitação e urbanismo e, nos casos dos estados e municípios, incluiu-se investimento”, esclareceu a pesquisadora que foi orientada por Ana Lúcia Kassouf, docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES).

As análises foram decompostas em duas partes – a primeira envolveu um painel de dados estaduais de 20 anos (1987 a 2009). Depois, para compreender melhor o efeito das despesas do governo estadual sobre a redução da pobreza, acrescentou-se uma análise do efeito do gasto de cada estado considerando suas características específicas e incluindo a interação da binária de estado com o seu gasto per capita. Adicionalmente, foram incluídos dados demográficos, de inflação e nível de educação. Já a segunda apreciação foi baseada nos dados municipais dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Entre outras exposições a pesquisa revelou, ainda, que de acordo com literatura, verificou-se que o gasto com aposentadorias e pensões, seguro-desemprego, serviços educacionais de creche, 2º e 3º grau estão mal focalizados. De forma complementar, a pesquisa permitiu verificar o efeito do gasto social das três esferas governamentais sobre a pobreza e buscar qual gasto social – por função orçamentária e instância de governo – tem mais impacto para sua educação, provocando uma reflexão quanto à priorização, distribuição de recursos e concentração de políticas públicas.

Os principais resultados demonstraram que gastos em saúde e saneamento tanto no âmbito federal quanto municipal foram, entre os analisados, os que tiveram maior efetividade para reduzir a pobreza. Em seguida, aparecem os gastos com educação e cultura estaduais e os gastos com previdência e assistência federal. “Os gastos federais, quando analisados dados agregados, são os que apresentam maior efetividade para a redução da pobreza. No entanto, o gasto federal em previdência e assistência

não se mostrou como o mais efetivo. Assim, como o verificado pela literatura, o gasto em previdência é mal focalizado a medida em que grande parte de seu volume é destinado à aposentadoria do setor público e não à parcela mais carente da população”, ressaltou Martha.

Outro dado importante, de acordo com a pesquisadora, é que as características específicas de cada estado podem influenciar o efeito do seu gasto social sobre a pobreza. “Estados mais prósperos tendem a ter melhores resultados dos seus gastos sobre a pobreza que estados menos prósperos. As melhores condições sócio-econômicas regionais contribuem para melhorar o efeito dos gastos sociais sobre a queda da pobreza”, concluiu ela.